

**Solução para as modalidades de riscos emergentes deve ser integral**

A expressão riscos emergentes, muitas vezes, vai além das chamadas catástrofes naturais e deve ser analisada de forma integrada pelo mercado de seguros.

Essa pode ser considerada a principal conclusão do painel Riscos Especiais – Riscos Emergentes no Setor de Seguros, realizado no primeiro dia da 7ª. Conseguro, que reuniu os especialistas Butch Bacani, líder da iniciativa UNEP FI PSI (*Principles for Sustainable Insurance Initiative*), Moacyr Duarte, engenheiro especialista em gerenciamento de riscos, Rodrigo Botti, da Terra Brasis Resseguros e Raquel Breda, diretora do Ministério do Meio Ambiente. A mediação ficou sob responsabilidade de Natalie Hurtado, da Susep.

Analizando uma série de estudos internacionais, Bacani destacou que as catástrofes naturais são apenas uma das formas de riscos emergentes que afetam o planeta. O especialista chamou a atenção também para os chamados riscos de impacto social, advindos de uma constante violação aos direitos humanos, e os oriundos da governança corporativa, fruto de atos de corrupção.

“Para combater o desafio ambiental, também é necessário trabalhar com os riscos sociais e econômicos. E esse trabalho deve envolver a iniciativa privada, clientes, governos e a opinião pública”, sintetiza.

Para o engenheiro Moacyr Duarte, referindo-se especificamente à sua experiência frente a grandes eventos no Rio de Janeiro, a grande dificuldade na avaliação dos riscos emergentes é a falta de previsibilidade. “A tragédia decorrente das chuvas na região serrana no Rio de Janeiro há alguns anos ocorreu após uma estabilidade que vinha desde 1940 em uma área que não era de ocupação de risco”, assinala o especialista, que trouxe à mesa o inevitável caso das Olimpíadas de 2016: “o que diferencia o trabalho de prevenção de riscos desse evento do das Olimpíadas de Londres é que em 2012 não havia o Estado Islâmico”.

Diante desses dois exemplos, o engenheiro explica que tem tanta novidade que não é possível fazer uma análise precisa dos riscos. “Os métodos que utilizamos estão ficando para trás”.

Para mitigar essa angústia, Rodrigo Botti, da Terra Brasis Resseguros, afirma que o mercado deve oferecer respostas práticas. A começar pela identificação de novos riscos e imprevistos cujo potencial de dano ou perda não é totalmente conhecida. O executivo arrisca dizer que algumas fontes desses riscos podem vir de novas tecnologias, como internet, redes sociais e nanotecnologia; congestionamentos aéreos e riscos de pandemias.

Botti inclui as catástrofes naturais nesta lista, com a ressalva de que essa novidade seria restrita ao Brasil. “Na realidade brasileira, seria um risco emergente, apesar de não ser essa a novidade no mundo. Porém, é importante despertarmos para lidar melhor com este risco, principalmente após a notícia de que Standard & Poor's passará a considerar riscos de catástrofes naturais como um componente para a composição da nota soberana”.

Por fim, para Raquel Breda, o debate sobre riscos soberanos passou a ter mais importância após a agenda de desenvolvimento da Rio + 20, que ocorreu em 2012. Essa conferência estabeleceu 17 metas a serem atingidas pelos países do mundo no que se refere a diversos aspectos da proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos, sendo que a meta 17 trata das formas de implementação das outras metas.

“Nesse ponto, é importante assinalar o papel das empresas financeiras e, em especial, das empresas de seguro, que possuem a expertise em analisar, identificar e combater riscos. Para isso, é necessário que fatores econômicos, ambientais, geopolíticos e tecnológicos sejam considerados

integralmente. O risco não encontra mais limites e tem seus efeitos em todas as outras áreas”, explica a diretora do Ministério do Meio Ambiente.

**Fonte:** [CNseg](#), em 15.09.2015.